

O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: uma abordagem preliminar¹

THE STATE OF ART OF GENDER STUDIES IN GUINEA-BISSAU: a Preliminary Approach

ESTADO DE ARTE DE LOS ESTÚDIOS DE GÉNERO EN GUINÉ-BISSAU: un abordaje preliminar.

PATRÍCIA GODINHO GOMES

Doutora em Historia pela Università degli Studi di Cagliari.

Professora visitante do Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos-PósAfro (UFBA)

Salvador, BA - Brasil

particia.godinho@ufba.br

Resumo: O texto proposto procura analisar, numa perspectiva histórica, a evolução dos estudos de gênero na Guiné-Bissau. Para efeitos da discussão são considerados três momentos de particular importância: a luta de libertação, contexto no qual se produziu grande parte do discurso sobre a emancipação feminina; a primeira fase da independência (1975-83) em que o discurso de gênero ganhou particular relevância no quadro do I Congresso da UDEMU realizado em 1982 e da realização da Conferência Internacional sobre a contribuição das mulheres às lutas de libertação nacional e o seu papel no processo de reconstrução nos países africanos de “segunda descolonização”; a fase da liberalização económica e, sucessivamente, política (1985-1994).

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Gênero. Estudos.

Abstract: The text analyses through a historical perspective, the evolution of Gender studies in Guinea-Bissau. For the purposes of this discussion it is taken under consideration three important moments: the liberation struggle, context in which most of the discourses on female emancipation were produced; the first stage of the independence (1975-83) in which Gender issue was particularly relevant- in the framework of the first UDEMU congress carried out in 1982 and the International Conference on Women’s contribution to the National Liberation Struggles and their role in the reconstruction processes of their countries, considered “second decolonization” African countries; finally, the economic liberalization phase and its successive political stage (1985-1994).

Keywords: Guinea-Bissau. Gender. Studies.

Resumen: El texto propone analizar, en una perspectiva histórica, la evolución de los estudios de género en Guiné-Bissau. Para afirmar la discusión, se considera tres momentos de particular importancia: la lucha por la libertad, contexto en que fue producido gran parte del discurso sobre la emancipación femenina; la primera fase de la independencia (1975-83) en que el discurso de género gana particular relevancia en cuadro del I Congreso de UDEMU, realizado en 1982 y de la realización de la Conferencia Internacional sobre la contribución de las mujeres que luchan por la libertad nacional y su papel dentro del proceso de reconstrucción en los países africanos de "segunda descolonización"; el periodo de la liberalización económica y, sucesivamente, política (1985-1994).

Palabras clave: Guiné-Bissau. Género. Estudios.

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em junho de 2015.

Introdução

O fim dos anos sessenta do século XX foi acompanhado por um crescente interesse de intelectuais africanos pela “redescoberta” do passado histórico do continente e pelas ideias de liberdade e de unidade de que tinha sido principal promotor o movimento panafricanista. No plano político-diplomático, esse período foi marcado pelo aparecimento crescente de novos países membros da Organização das Nações Unidas, diretamente tributários das descolonizações, sobretudo africanas. As novas nações trouxeram novos temas de discussão e um novo léxico para a ONU e para o palco das relações internacionais.

Os problemas que as mulheres desses “novos Estados” enfrentavam como condicionantes da sua emancipação eram, substancial e formalmente, diferentes daqueles que as mulheres do mundo ocidental tinham experimentado ao longo dos anos. E seriam determinantes para o rumo que a ONU haveria de seguir nessa matéria². A campanha para a autonomia das feministas ganharia ímpeto com a proclamação, em 1975, do Ano Internacional da Mulher e com a realização, no mesmo ano, da Conferência Mundial da Mulher, realizada na cidade do México. Essa conferência, dedicada à afirmação dos direitos civis das mulheres, em especial à luta contra a discriminação de gênero e à adoção de políticas de integração, centrou-se em torno de três grandes eixos: igualdade, desenvolvimento e paz, que marcariam doravante a agenda política da organização.

A categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento.

Do ponto de vista teórico, a partir dos anos oitenta do século XX, a crítica feminista, em termos gerais, foi orientada no sentido da desconstrução dos estudos “pós-colônias”. Sustentou, em chave de gênero, algumas questões essenciais sobre a produção do conhecimento: quem o produz, em que condições sociais e políticas é formulado o discurso e a quem se destina esse conhecimento. O *corpus* literário, produzido no seio do novo

² FERRO, Mónica. A emancipação da mulher africana: a participação no seu próprio desenvolvimento. In: BARATA, Óscar Soares; FRIAS, Sónia (Org.). *África, género, educação e poder*. Lisboa: ISCSP, 2005. p.85-129.

movimento feminista que surgira, traduziu-se, fundamentalmente, numa “ruptura epistemológica, talvez a mais importante dos últimos quarenta anos nas ciências sociais”³.

Com base neste pressuposto, o desafio das feministas revelou-se importante, por ter implicado a revisão e o reposicionamento das ciências sociais e a construção de objetos de análise, a partir de olhares empíricos, base para a formulação de hipóteses teóricas com uma ancoragem nas realidades sociais estudadas. Todavia, uma questão se impunha: em que medida os estudiosos africanos participaram nesse processo? E se assim ocorreu, que contributo deram para que se procedesse a uma real ruptura epistemológica nos estudos de gênero, sempre que tal se tenha efetivamente verificado? Nesse sentido, foi significativo o debate africano sobre temas de gênero que, a partir dos anos 1980 do século XX, tem vindo a questionar, sistematicamente, a aplicabilidade e a eficácia de alguns conceitos universalmente utilizados no mundo acadêmico, fundamentalmente de matriz ocidental, para explicar as realidades históricas e socioculturais de África⁴. Isto é, as categorias historicamente apresentadas e assumidas como sendo as de definição, tenderam a operar numa base dicotômica, evidenciando a dualidade “homem-mulher”, em que tendencialmente o masculino se assumiu como superior. Essas interpretações, particularmente alheias a muitas culturas africanas, conduziram essencialmente a uma visão distorcida e ofuscada das realidades estudadas.

Pese embora o fato de que um estudo sério das questões femininas e de gênero, em África, não pode prescindir do papel que historicamente jogaram as feministas ocidentais e nem tão pouco ignorar as teorias por elas produzidas. Uma análise equilibrada e situada dos contextos africanos requer, todavia, um reposicionamento dos estudiosos das questões de gênero, em África, no sentido de um questionamento da identidade social dessas mulheres, dos seus interesses e das suas preocupações.

³ CASIMIRO, Isabel Maria. Mulher, pesquisa, acção e mudança. In: SILVA, Teresa Cruz e; BORGES, João Paulo Borges, SOUTO, Amélia Neves de (Org.). *Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. (Textos do Colóquio em homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012. p. 212.

⁴ AMADIUME, Ifi. *Male daughters, female husbands: gender and sex in an African society*. London: Zed Books, 1987; Id. *Reinventing Africa: matriarchy, religion, culture*. London: Zed Books, 1997; HAFKIN, Nancy J.; BAY, Edna G. (Ed.). *Women in Africa: studies in social and economic change*. Stanford California: Stanford University Press, 1976; OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women: making an African sense of western gender discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

No que se refere ao contexto da Guiné-Bissau, considerado um país de “segunda descolonização” e independente, desde Setembro de 1974⁵, o mesmo conheceu um complexo percurso histórico-político em que assumiram particular importância o período do colonialismo português e da luta pela independência. O processo de reconstrução nacional que se seguiu traduziu-se no esforço de transformação do sistema colonial, através da implementação de reformas profundas no aparelho estatal.

O processo de independência foi bem sucedido graças ao suporte e à atuação popular por um lado, e à capacidade de liderança do PAIGC⁶ e de Amílcar Cabral⁷, por outro. Nesse contexto, a contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos da organização das novas instituições nas áreas libertadas. As mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios⁸, tendo a componente feminina do movimento de libertação contribuído, de forma positiva, para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo nos meios rurais, em que a resistência a sua presença, em lugares de decisão, era mais evidente⁹. No entanto, os anos subsequentes à independência da Guiné-Bissau viram as

⁵ A Guiné-Bissau pertence ao conjunto dos países que conquistaram a sua própria independência nos anos 1970 e não na década de 1960 em que a maior parte dos países africanos se tornaram soberanos, daí ser considerado país de “segunda descolonização”. Obteve a independência nacional a 24 de setembro de 1973, declarada por via unilateral, nas matas do Boé (sul do país), que viria a ser reconhecida por Portugal sómente um ano mais tarde. Sobre a descolonização e o processo de independência da Guiné-Bissau ver MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África portuguesa*. Editorial Inquérito: Mem-Martins, 1998. p. 37-65; 129-142.

⁶ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, criado a 19 de setembro de 1956, em Bissau, capital da então colónia da Guiné Portuguesa. Esse partido, inicialmente constituído por seis jovens (Amílcar Cabral, Luís Cabral, Elisée Turpin, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida) como movimento de libertação, foi criado com a finalidade de dar resposta à precária situação sociopolítica e económica dos guineenses gerada por um regime político fundamentalmente opressivo e que se tinha deteriorado nas últimas décadas da colonização portuguesa, ver GOMES, Patrícia Godinho. *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Torino: L'Harmattan Italia, 2010. p.35. Sobre o mesmo tema ver também CHABAL, Patrick. *Amilcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; LOPES, Carlos. Special issue on Amílcar Cabral. *African identities*. London, Routledge, n. 1, v. 6, 2006; SOARES, Julião Sousa. *Amílcar Cabral, vida e obra de um revolucionário*. Lisboa: Vega, 2011.

⁷ Sobre a biografia de Amílcar Cabral ver SOARES, op. cit.

⁸ Em particular nos âmbitos da educação e da saúde, as mulheres guineenses não só tiveram a oportunidade de serem alfabetizadas e de melhorar o próprio nível de formação, como também participaram elas próprias no trabalho político de mobilização, como formadoras e ainda como membros dos tribunais populares das zonas libertadas. São interessantes neste aspeto os depoimentos de Manuel Boal, médico angolano, responsável pela organização da saúde do PAIGC entre 1970 e 1974, de Dulce Almada Duarte, linguista caboverdiana, professora na Escola Piloto (Conacry) entre 1968 a 1973 e de Teodora Inácia Gomes, professora na Escola de Ratoma, em Boké (Guiné-Conacry), responsável pela organização da juventude durante a luta armada-os pioneiros Abel Djassi- e mobilizadora política ver GOMES, op.cit., p.260-304, a entrevista conduzida pela autora com Teodora Inácia Gomes, Lisboa, em 25 e 26 de Novembro de 2012, no âmbito da pesquisa *Vozes da história ao feminino: mulheres nas lutas de libertação nos PALOP: os casos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique*.

⁹ O discurso de Amílcar Cabral sobre a posição das mulheres na luta aponta, por outro lado, para uma responsabilidade delas próprias na situação de subordinação política em que se encontravam, sendo que as mulheres em muitas situações não conseguiam fazer-se respeitar e defender o seu lugar, não assumindo certas responsabilidades sem quaisquer preconceitos ver CABRAL, Amílcar. Os princípios do partido e a prática

mulheres relegadas a uma posição de subordinação e fragilidade,, na sociedade (sobretudo na esfera política e nos postos de decisão) e uma acentuada descontinuidade em relação aos objetivos da luta armada, principalmente nos campos da educação e da saúde.

O objetivo deste artigo é o de analisar a evolução da produção acadêmica (incluindo a literatura cinzenta) sobre os estudos de gênero na Guiné-Bissau, realizados por guineenses e por estrangeiros, no período entre a luta pela independência e os anos 1990. Procuraremos inserir a nossa análise no contexto do atual debate sobre a necessidade da construção de um conhecimento autônomo, situado e auto-sustentado em África, em que urge estabelecer um diálogo de tipo “horizontal” entre os acadêmicos africanos, evitando desse modo, a “verticalização” do conhecimento¹⁰. Paralelamente, tentaremos demonstrar até que ponto, no caso guineense, a produção do conhecimento sobre os estudos de gênero obedeceu a critérios internos e se a escolha dos temas e dos objetos de pesquisa refletiram os interesses do público local, mais do que propriamente questões de interesse do mundo ocidental. Ter-se-á verificado, neste caso específico, uma “extraversão do conhecimento”?

Da luta de libertação à independência

As primeiras informações escritas (1961-1974)

As experiências coloniais, no caso das sociedades africanas, condicionaram, não apenas a visão de África, como também o tipo de conhecimento produzido sobre as suas sociedades. Para alcançar a sua plena eficácia, o colonialismo e os seus métodos de aplicação não agiram apenas em termos de conquista militar, econômica e política. Agiram também nos planos moral, filosófico e religioso. A “hegemonia” da Europa, em relação ao resto do mundo, acabou por legitimar o conhecimento científico ocidental, considerando-o como única forma válida de saber e anulando outras bases epistemológicas de conhecimento. De acordo com o historiador congolês Théophile Obenga¹¹, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade só século XX, a ideologia colonialista procurou afirmar a “inferioridade”

política. In: ANDRADE, Mário de (Org.). *A arma da teoria-unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1. p 152. (Obras escolhidas de Amílcar Cabral)

¹⁰ HOUTONDJI, Paulin. Knowledge of Africa, knowledge by Africans: two perspectives on African studies. *RCCS Annual Review*, n. 1, p.1-11, sept., 2009.

¹¹ OBENGA, Théophile. *Cheikh Anta Diop, Volney et les Sphinx*, Paris: Présence Africaine/Khépera, 1998.

africana, defendendo a idéia de que a organização de entidades sóciopolíticas bem estruturadas no continente africano só poderia derivar de uma vontade externa e não de uma iniciativa endógena. Essa visão acabaria por influenciar, de forma marcada, aquilo a que Amílcar Cabral identificou como uma espécie de “timidez de vontade própria”, referindo-se, especificamente, à falta de uma visão política que, por um longo período, caracterizou o intelectualismo africano. É nessa base que o filósofo congolês Valentin Yves-Mudimbe falou do processo de invenção de África e da visão homogênea, de uma África bárbara e primitiva, que acabou por povoar o imaginário e a própria idéia de África. Essa realidade iria provocar algumas importantes reações de contraposição de africanos e de afro-descendentes em relação à ideologia colonialista, reivindicando o lugar de África e dos africanos na história da humanidade.

No caso da Guiné-Bissau, e mais precisamente no dealbar dos anos 1950, a política “assimilacionista” e as formas de discriminação a que tinha conduzido, particularmente no que respeita à criação de mecanismos legais de segregação, introduzidos através de um sistema jurídico institucional, concebido exclusivamente para os sujeitos coloniais, constituiu o primeiro grande passo no sentido da exclusão da maioria dos africanos da possibilidade de exercer a cidadania no contexto do Estado colonial. Ser “civilizado” significava, fundamentalmente, a interiorização dos pressupostos racistas, da política colonial portuguesa, e se traduzia na condição essencial para se tornar cidadão. Desse modo, e como defende o historiador guineense Peter Karibe Mendy¹², os ditos “civilizados” permaneciam espiritual e psicologicamente amputados de África. Foi nesse sentido que Amílcar Cabral sustentou a necessidade de uma “dupla desconstrução” do discurso colonial, política e economicamente, e foi a partir dessa perspectiva que ele produziu uma profunda reflexão sobre a necessidade de “partir da realidade concreta” para analisar a realidade social, texto no qual esclarece, a partir da experiência da luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde, “a forma como a realidade social devia ser apreendida sem cair em reducionismos políticos e ideológicos”¹³. A concretização dos objetivos da luta de libertação pressupunha, antes de tudo, o conhecimento sério e profundo das realidades sociais dos dois países e não partindo da representação que delas se tinha construído.

¹² KARIBE-MENDY, Peter. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana. In: LOPES, Carlos (Org.). *Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2012. p.15-33.

¹³ Para aprofundamento ver FURTADO, Cláudio. Desafios teóricos e metodológicos nos estudos de África: possibilidades e limites. In: CARVALHO, Maria Rosário et al. *Estudos étnicos e africanos: revisitando questões teóricas e metodológicas*. Salvador: EDUFBA, 2014. p.19- 42.

A luta de libertação trouxe mudanças profundas, no processo educativo até então existente: centenas de crianças, independentemente do sexo, foram escolarizadas, tendo em conta as realidades locais. Nesse processo, as mulheres se destacaram, tendo participado ativamente nos diversos programas educativos de implementação, como professoras e formadoras, em todas as regiões subtraídas ao domínio colonial, apesar de o seu papel se ter limitado, fundamentalmente, aos âmbitos considerados “tipicamente femininos” (educação, saúde, transporte e preparação de alimentos). Foi na fase da luta anticolonial que surgiram os primeiros documentos escritos sobre a condição feminina e sobre a relevância da participação das mulheres no processo de transformação sociocultural. A visão de gênero, sustentada pelo movimento de libertação como condição essencial para uma efetiva emancipação da sociedade, constituiu um dos pressupostos da ideologia da libertação. Os relatórios anuais sobre a evolução da luta armada e sobre a condição feminina, produzidos pelo PAIGC, constituem a primeira importante fonte para o conhecimento da história das mulheres guineenses na luta anticolonial. Neles, se dá conta, não só das ações militares efetuadas, como também da organização das regiões sob o controlo das forças nacionalistas, em vários níveis¹⁴. Mais especificamente, os relatórios sobre a condição feminina¹⁵ procuraram reafirmar a importância das mulheres no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau (e de Cabo Verde), referindo as várias etapas das conquistas alcançadas, em termos de escolarização, de formação e de aquisição de competências, sobretudo no âmbito político e de gestão das áreas libertadas. Como refere o relatório sobre a situação das mulheres em 1972:

[...] Há que dizer que a todos os níveis das atividades do Partido, da base ao nível mais alto, as mulheres participam ao lado dos homens. Por exemplo, nos Comitês de Tabanca, compostos por cinco membros, há pelo menos duas mulheres. E algumas chegam a ser presidentes e vice-presidentes dos Comitês. Outras são comissárias políticas e membros de região ou de sector.

O sistema implantado nas regiões libertadas contava com novos métodos pedagógicos baseados na visão de que as escolas não deviam ser instituições isoladas, no

¹⁴ A partir de 1961 o PAIGC publicou sistematicamente relatórios anuais sobre a situação da luta de libertação na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, nos quais se descrevem, de forma detalhada, as ações militares levadas a cabo pelas forças nacionalistas e todas as atividades desenvolvidas nas áreas libertadas (educação, saúde, justiça, economia, gestão administrativa). Muitos deles, apesar de não abordarem especificamente o tema da condição feminina, incluem uma visão de gênero sobre a luta armada. Alguns deles se referem exclusivamente à participação das mulheres na luta de libertação e à vida das mulheres nas comunidades (*Rapport sur le role politique-social-economique de la femme en Guinée-Bissau et aus iles du Cap Vert*, Conacri, PAIGC, 1970, 1971, 1972). De realçar que uma parte significativa deste material que anteriormente se encontrava depositado nos arquivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau-INEP, foi transferida para os arquivos Mário Soares após o conflito armado de 1998-99 na Guiné-Bissau, no quadro de um acordo bilateral entre a Fundação Mário Soares e o INEP.

¹⁵ *Rapport sur le role politique-social-economique de la femme en Guinée-Bissau et aus iles du Cap Vert*, Conacri, PAIGC, 1970, 1971, 1972). Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo Verde).

meio social, mas sim organismos “vivos”, autogeridos e ligados ao trabalho produtivo, o que, na perspetiva do movimento de libertação, teria favorecido a integração das escolas nas comunidades locais e contribuído, significativamente, para a libertação das mulheres das formas de discriminação a que eram submetidas pelos sistemas patriarcais. Os resultados desse novo sistema educativo podem ser considerados globalmente positivos, tendo em conta o número de indivíduos formados, em onze anos de luta armada¹⁶.

A dimensão de género foi abordada, de forma mais ou menos detalhada, em outros documentos referentes às Forças Armadas e à criação da Assembleia Nacional Popular. Num relatório do PAIGC, de 1970, sobre a reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo-FARP¹⁷, refere-se que “As FARP são os homens e as mulheres da Guiné e Cabo Verde, militantes ou não do PAIGC que, de armas na mão e devidamente organizados, lutam pela libertação total da nossa terra africana [...]”. Dentro da perspetiva de fortalecer o elemento feminino, as milícias constituíram um importante mecanismo de emancipação e de ascensão social. Muitas mulheres foram formadas e exerceram funções nas milícias, e quando elas evoluíram para as Forças Armadas Locais (FAL) e integradas nas FARP, elas passaram a cumprir missões de guerra¹⁸. No que respeita à ANP, as disposições fundamentais para a sua criação constam de um documento de 1972, de título “Bases para a criação da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné¹⁹, no qual se afirma que os eleitores eram os

guineenses maiores de 17 anos, independentemente da origem, sexo, condição social ou actividade no âmbito da vida e da luta do PAIGC e era elegível todo o indivíduo nascido na Guiné-Bissau ou que tivesse adquirido a nacionalidade guineense, independentemente da origem étnica, condição social ou crença religiosa preenchendo os seguintes requisitos: maior de 18 anos, produtor ou com profissão definida, que não tenha colaborado com o colonialismo, que não tenha sido

¹⁶ Em nível dos quadros superiores, foram formados um total de 35 indivíduos entre 1961 e 1971; a nível dos quadros médios e técnicos foram formados desde 1961 um total de 40 indivíduos; a nível de quadros em formação no estrangeiro em Maio de 1973, o número total era de 31 indivíduos; a nível da formação pós-universitária desde 1961, foram formados um total de cinco indivíduos ver MENKE, H., *Some facts about educational system in Guinea-Bissau*, Centro de Informação e Desenvolvimento Amílcar Cabral-CIDAC, G-B-II, jul., 1975; tabelas: Quadros do PAIGC em formação (1961-1964), “Quadros superiores formados pelo PAIGC desde 1961”, “Quadros médios e técnicos formados pelo PAIGC desde 1961”, “Quadros profissionais formados pelo PAIGC desde 1961”, “Quadros em formação no estrangeiro até 24 de Maio de 1973”, “Cursos pos-universitários”, CIDAC, Lisboa.

¹⁷ “Bases das FARP”, in Forças Armadas Revolucionárias do Povo-Bases e componentes (vamos reorganizar e melhorar a ação das Forças Armadas Nacionais, vamos mobilizar todas as capacidades para criar e desenvolver as Forças Armadas Locais, vamos dar golpes cada vez mais duros ao inimigo, para expulsá-lo de vez para sempre da Guiné e Cabo-Verde), Conacri, Conselho de Guerra, 1970, Fundação Amílcar Cabral, Praia, (Cabo Verde).

¹⁸ Ibid.

¹⁹ *Bases para a criação da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné*, Conacri, 1972, Fundação Amílcar Cabral, Praia (Cabo Verde).

condenado por crime de delito comum ou contra os interesses da luta de libertação, tivesse boa conduta moral e civil, gozasse de prestígio, respeito e confiança por parte das massas populares.

Nas “Obras escolhidas de Amílcar Cabral”, coordenadas por Mário Pinto de Andrade²⁰ e publicadas pela primeira vez pela editora portuguesa Seara Nova em 1976, é trazido o discurso de gênero para o debate, ainda que de forma fragmentada. Ao analisar a evolução da luta armada e a necessidade de partir da própria realidade para alcançar objetivos, tendo em conta as diferenças regionais, étnicas e sociais, Amílcar Cabral referiu-se à complexidade das relações de gênero no contexto da luta armada²¹. Escreveu a propósito:

É preciso realismo, considerar a realidade concreta. Mesmo na questão de certas coisas que estão a avançar aos poucos. No começo os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçámos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade, não só da realidade geral da nossa terra mas das realidades particulares de cada coisa para podermos orientar a luta corretamente [...].

Como discuti em artigo recente²²

Não obstante os importantes resultados conseguidos durante a libertação, o nível de transformação social verificado foi fundamentalmente desigual nas diferentes regiões do país. Ainda menos o fato dessas regiões terem sido formalmente “libertadas” das garras do colonialismo significou automaticamente a eliminação das práticas coloniais perpetuadas. Assim, por exemplo, paralelamente a situações em que as mulheres assumiam posições de destaque a vários níveis no aparelho estatal, verificavam-se situações de discriminação com base no gênero [...].

Em conclusão, podemos afirmar que o essencial da produção historiográfica sobre a participação das mulheres guineenses, na luta pela independência e no processo de reconstrução, nessa primeira fase, foi publicada pelo histórico PAIGC, sendo desconhecidos estudos acadêmicos anteriores a 1978. Por outro lado, nos parece importante realçar o fato de que, o surgimento do movimento feminino na Guiné-Bissau, tal como nos demais países de língua oficial portuguesa-PALOP, esteve estreitamente ligado aos movimentos de libertação. A luta anticolonial pressupôs a participação de mulheres tanto no domínio político-ideológico como no campo militar. Foi nesse contexto e integradas nas estruturas partidárias, que emergiram, de forma geral, as organizações femininas nesses países. E seria através dessas organizações que fundamentalmente se multiplicariam as publicações sobre as mulheres –

²⁰ ANDRADE, Mário de (Org.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: a arma da teoria-Unidade e luta I*, Lisboa: Seara Nova, 1976.

²¹ *Ibid.*, p.132.

²² GOMES, Patrícia Godinho. As outras vozes: percursos femininos e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. In: ZAMPARONI, Valdemir; MARQUES, Diogo (Org.). *Além da memória: a África e os estudos africanos. História(s) de África(s)- Temas e tramas*, v.1. Salvador: Edufba, 2015.

brochuras, panfletos, relatórios e monografias ocasionais-sobre temáticas relativas às mulheres e às relações de gênero nos novos estados independentes.

A primeira fase da independência (1975-1984)

Os estudos sobre as mulheres, publicados nessa fase da história da Guiné-Bissau, procuraram problematizar algumas questões relativas ao processo de reconstrução, em chave de gênero. Tratava-se de compreender se o período da independência poderia ser definido como tendo sido de conquistas e de progresso, de estagnação ou mesmo de retrocesso, no que se refere à condição feminina. No que respeita a determinados temas e certas categorias de mulheres, a luta de libertação tinha, efetivamente, representado avanço e progresso, sobretudo no que concerne à igualdade jurídica. No entanto, outras categorias de mulheres que tinham participado ativamente no processo (mas não em posições de poder), muitas delas provenientes das zonas rurais do país, acabaram por ficar à margem do processo de reconstrução, após a independência, seja em razão da sua baixa escolaridade, seja ainda porque as escolhas políticas e as ações concretas do novo poder estabelecido tenderam a favorecer o desenvolvimento urbano, em detrimento das iniciativas a favor do mundo rural.

A primeira publicação nesse sentido surgiu em 1978, num volume monográfico do periódico do Centro “Liberation Support Movement Centre”, no Canadá e nos EUA. O volume, de título “Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau”²³, resultou de uma colaboração entre o PAIGC e um grupo de pesquisadores canadenses e finlandeses, que haviam visitado as “zonas libertadas” da Guiné-Bissau, em 1972. Os temas nele discutidos refletiram basicamente as problemáticas que o novo Estado enfrentava (as dificuldades da transição e da consolidação da independência, a escassez de quadros nacionais, a problemática da educação, as contradições entre as cidades e o meio rural e os esforços de construção da democracia), procurando, paralelamente, demonstrar as conquistas efetivas da luta de libertação. Interessante, no volume, são as vozes de alguns protagonistas da história, trazidas para o debate público: experiências diretas de homens e de mulheres que viveram e sobreviveram aos momentos dramáticos do “Massacre de Pidjiguiti de 1959”²⁴, que testemunharam as experiências de luta das próprias comunidades contra o domínio colonial,

²³ *Sowing the first harvest. National reconstruction in Guinea-Bissau*, Liberation Support Movement News, LSM Information Centre, Oakland, Canada, 1978, CIDAC, Lisboa, cota-GW-.H I-10.

²⁴ MENDY, Peter Karibe; LOBBAN JÚNIOR, Richard. *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*, Scarecrow Press (4th Edition), October 2013, 642 f.

que foram dirigentes ou que procuraram resgatar os seus papéis tradicionais na sociedade. Aparecem, pela primeira vez publicada, uma entrevista com a ex-combatente guineense e uma das dirigentes do PAIGC, Carmen Pereira, na qual ela narra o percurso das mulheres guineenses e do movimento de libertação, na luta pela independência, e um capítulo dedicado ao problema da discriminação de gênero, nas sociedades locais, através de testemunhos de algumas mulheres. Em suma, a obra, apesar de não assumir um caráter estritamente acadêmico, revelou-se um instrumento de pesquisa importante, pelos seus conteúdos e abordagens, tendo paralelamente contribuído para a difusão internacional do conhecimento sobre a história da luta armada e das mulheres na Guiné-Bissau, a partir de perspectivas endógenas. Contudo, o fato de se tratar de uma publicação em língua inglesa e não portuguesa (língua oficial da Guiné-Bissau e a mais utilizada entre os pesquisadores guineenses), é um fato que levanta sérias questões epistemológicas. Trata-se de compreender até que ponto esse volume terá efetivamente contribuído para o desenvolvimento do conhecimento endógeno na Guiné-Bissau e em que medida terá promovido um debate interno entre os estudiosos guineenses, dentro e fora do país. Os trabalhos de caráter científico e/ou divulgativo, que se seguiram, embora tenham tocado temas da maior importância e, em alguns casos, serem hoje considerados referências, nos estudos de gênero na e sobre a Guiné-Bissau, seguiram a mesma tendência, isto é, foram fundamentalmente produzidos para responder às demandas de um público estrangeiro, em particular de língua inglesa.

Um segundo trabalho, que marcou significativamente a evolução dos estudos de gênero sobre a Guiné-Bissau, diz respeito ao volume da estudiosa sul-africana Stephanie Urdang, publicado em 1979, nos EUA, de título “Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau”²⁵. Nessa densa obra, a autora (que em 1972 tinha visitado as “zonas libertadas” da Guiné-Bissau, na qualidade de jornalista e, posteriormente, em 1974, já no quadro de Estado soberano), procura analisar as relações de gênero, durante a luta de libertação, numa dupla perspectiva: a luta contra o colonialismo português e a luta contra as práticas discriminatórias locais, em que as mulheres eram maioritariamente subordinadas a estruturas sociais patriarcais dominantes. Contextualmente, Urdang procura, na sua análise, um diálogo com as reivindicações feministas dos anos 1970, no âmbito do “Women’s Liberation Movement”, que contemporaneamente se desenvolviam na Europa e nos EUA.

²⁵ URDANG, Stephanie. *Fighting two colonialisms: women in Guinea-Bissau*. Monthly Review Press, 1979.

Na primeira metade dos anos 1980, foi reconstituída a organização feminina guineense, dezesseis anos após o seu desaparecimento²⁶. Durante a realização do I Congresso da União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau-UDEMU, em 1982, foram produzidos alguns documentos/relatórios, apresentados pelas delegadas ao Congresso, cujos temas e conteúdos são particularmente pertinentes para o conhecimento da história das mulheres guineenses, vista por guineenses. Temas como: a situação das mulheres no contexto colonial; a condição feminina nas sociedades “tradicionais”; as relações de gênero, em particular com as autoridades políticas e religiosas; a posição das mulheres nas estruturas sociais; a organização das zonas libertadas e a criação das bases das estruturas do novo Estado; o processo de emancipação, foram questões amplamente debatidas²⁷.

Em 1983, realizou-se, na capital guineense, Bissau, uma reunião internacional sobre a “História e contribuição das mulheres nas lutas de libertação, o papel por elas desempenhado e os desafios pós- independência”²⁸. O encontro reuniu pesquisadoras das ex-colónias portuguesas, do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul, para além de representantes de organizações e associações de promoção da condição feminina, em África e no mundo, representantes de partidos políticos e movimentos de libertação, representantes dos governos. O encontro assumiu particular importância, no quadro geral dos processos de reconstrução, por duas razões: em primeiro lugar, constituiu um fórum científico, no âmbito do qual, pela primeira vez, se reuniam mulheres pesquisadoras africanas das ex-colónias portuguesas e de países onde ainda vigoravam regimes segregacionistas, altos representantes políticos, representantes de organizações e associações internacionais, com o objetivo de discutir as questões femininas, a partir das mulheres, e partilhar as próprias experiências. Particularmente relevante e merecedora de destaque, foi a reflexão do grupo de trabalho em relação à produção intelectual. A propósito, refere o documento:

²⁶ Sobre a UDEMU ver o meu trabalho recentemente publicado: GOMES, Patrícia Godinho. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas. In: GOMES, Patrícia Godinho et. al. O que é feminismo?, *Cadernos de Ciências Sociais*, Maputo, Editora Escolar, 2015. p.13-43.

²⁷ Entre os relatórios elaborados merecem destaque: Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres, Caderno nº1-Mulher antes da luta*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, 15 pags., CIDAC, Lisboa, GW-M I-2 dossier; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres, Caderno nº 2-Mulher guineense e a luta*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, 6 pags., CIDAC, Lisboa, GW-M I-2 dossier; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres-Congresso de Organização para o enquadramento da Mulher no desenvolvimento, Relatório da CNMG*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, 30 pags., CIDAC, Lisboa, GW-M I-2; Comissão Nacional das Mulheres da Guiné-CNMG, *1º Congresso das Mulheres, Caderno nº3-Mulher e a reconstrução nacional*, Bissau, 3 a 7 de Novembro de 1982, 19 p., CIDAC, Lisboa, GW-M I-2.

²⁸ Organization des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture, *Réunion d'experts sur L'histoire de la contribution des femmes aux luttes de libération nationale, leur rôle et leurs besoins pour la reconstruction dans les pays nouvellement indépendants d'Afrique*, Bissau (Guinée-Bissau), 3-7 sept. 1983, SHS-83/Conf.619/9, Paris, le 26 oct. 1984 [distribution limitée].

As pesquisas em ciências sociais, em particular sobre a condição das mulheres ainda se encontra num estado pouco avançado. No período pós-independência os nossos países foram investidos por diversos problemas em termos do conhecimento: escassez de uma pesquisa qualificada, falta de centros de pesquisa e de financiamentos destinados à pesquisa e, não menos importante, a ausência da maior parte da documentação relativa à história colonial dos nossos países, transferidos para os arquivos e centros de pesquisa europeus tendo em conta o incipiente estado de desenvolvimento das nossas estruturas.

As participantes reconheceram, por outro lado, a importância crucial do desenvolvimento da investigação em ciências sociais, nos respetivos países, especialmente em termos de estudos de gênero. Reiteraram a necessidade da formação de recursos humanos, condição essencial para a implementação de estruturas nacionais adequadas ao desenvolvimento da pesquisa e da formação superior²⁹. Os temas escolhidos para análise nos diferentes países e as metodologias utilizadas também foram entre os argumentos analisados. Assim,

Na Guiné-Bissau foi realizado um estudo com base em entrevistas a 60 mulheres de diferentes regiões. O objetivo foi o de comparar as suas experiências na luta armada e na fase da reconstrução e entender os seus papéis, as suas aspirações e as necessidades no processo de reconstrução. Os trabalhos do Atelier de História do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane também têm por tema as repercussões da luta de independência nas antigas «zonas libertadas» e a reconstrução nacional, estando o Atelier a levar a cabo um estudo específico sobre as mulheres. Em termos de metodologia, esta pesquisa tem contado com a participação ativa das populações das comunidades estudadas, que têm contribuído nos trabalhos de campo efetuados. Os resultados das pesquisas foram divulgados no seio das comunidades em que foram efetuadas as pesquisas por meio de boletins elaborados especificamente para esse fim, com o título «Não vamos esquecer». Em Angola os trabalhos de pesquisa foram realizados sobretudo em colaboração com a Organização das Mulheres Angolanas, tendo outras organizações femininas dado início à investigação neste campo (...).

Esse encontro, inserido num discurso mais alargado sobre a descolonização, adquiriu um significado político importante. Traduziu, pelo menos em termos discursivos, o empenho da classe política, dos académicos e do mundo das organizações internacionais em resgatar o património histórico e cultural dos países recém descolonizados, visando a contribuir para a “descolonização da produção do conhecimento em África”.

A publicação, em 1983, do volume “Women and slavery in Africa”, um trabalho interdisciplinar, sob a coordenação de Claire Robertson e Martin Klein, que analisa as várias dimensões da participação das mulheres no processo da escravidão e as implicações dela resultantes, inclui um capítulo do historiador norte-americano George Brooks³⁰ sobre as “sinharas” da região da Guiné-Bissau – um estudo biográfico de uma das mais influentes

²⁹ Ibid., p.11.

³⁰ BROOKS, George. A Nhara of Guinea-Bissau region: Mãe Aurélia Correia. In: ROBERTSON, Claire KLEIN, Martin (Ed.). *Women and slavery in Africa*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983. p. 295-319.

figuras femininas no comércio da região da alta Guiné, no primeiro quartel do século XIX, a “Mãe Aurélia Correia”, também apelidada “rainha de Orango”, pela população crioula local e pelos comerciantes portugueses da época. O estudo explora o papel desempenhado por Aurélia Correia, não só em termos de protagonismo econômico – chegou a dominar o comércio da região do rio Geba e das ilhas Bissango (Bijagós), nos anos trinta do século XIX – mas também em termos de relações de gênero estabelecidas, em particular modo, a criação de mecanismos de negociação e de manutenção do poder, seja com os homens mais potentes da região, seja com as elites africanas locais, seja ainda com outras mulheres que se encontravam em posição de subordinação.

O capítulo de Stephanie Urdang, publicado em 1984, no volume “African Women South of the Sahara”, editado por Margaret Jean Hay e Sharon Stichter,³¹ também deve ser considerado como um contributo importante para a historiografia das mulheres na luta de libertação, de uma forma geral e, em particular, para a história das mulheres que participaram em lutas armadas. O capítulo, do título “Women in national liberation movements” discute, a partir de uma perspectiva histórica e com base na recolha de alguns testemunhos orais, o surgimento de movimentos de libertação nos países de “segunda descolonização”, a participação das mulheres nesses processos, as suas relações com os movimentos de libertação e o sexismo, trazendo também para o debate as experiências de luta das mulheres guineenses.

A segunda fase da independência (1985-1994)

Fundado em 1984, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau-INEP foi, entre os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, dos maiores e mais ativos institutos de pesquisa, não apenas na Guiné-Bissau, mas também em nível da África lusófona, ainda que não possuísse uma estrutura universitária completa. Criado por iniciativa de alguns jovens guineenses, o INEP teve, na figura de Carlos Lopes, o seu fundador. O propósito do instituto foi o de “abordar as deficiências sérias da área da investigação, ciente da forte ligação entre a pesquisa e o desenvolvimento e do facto de que a maior força, de qualquer

³¹ O volume constituiu um dos primeiros trabalhos de colectânea de artigos que reuniu estudiosos ocidentais de várias áreas das ciências sociais, num esforço comum de análise de temas como a participação das mulheres nas sociedades africanas pré-coloniais, no contexto da colonização, nas resistências anticoloniais e nas lutas pelo desenvolvimento no contexto dos novos estados, a nível da África subsahariana e a partir das experiências de pesquisa de campo dos autores HAY, Margaret Jean; STITCHER, Sharon (Ed.). *African Women South of the Sahara*. Essex: Longman, 1984.

país, não reside nas suas riquezas naturais, mas nos seus recursos humanos [...]”³². Constituído por três principais centros de pesquisa, dedicados a estudos antropológicos, históricos/políticos, bem como assuntos de desenvolvimento económico e questões ambientais, o INEP conseguiu, nesses anos, suficiente autonomia operacional que lhe permitiu planear, executar e controlar, de forma criativa, a agenda nacional de pesquisa, dentro da qual se deve considerar a criação da revista de estudos guineenses *Soronda*³³. Paralelamente, o instituto estabeleceu uma Biblioteca Pública (a única do país), com mais de 80.000 referências e arquivos históricos constituídos por uma rica coleção de documentos coloniais recuperados, não apenas dos antigos Arquivos Centrais de Bissau, mas também dos diversos centros administrativos regionais³⁴. De referir que um dos mais importantes projetos sobre a salvaguarda da memória coletiva das mulheres da Guiné-Bissau foi realizado, graças à iniciativa do INEP, em colaboração com a Faculdade de Direito de Bissau, a partir de 1987. Trata-se do “Projeto de recolha e codificação do direito consuetudinário vigente na Guiné-Bissau”, no qual é analisado o estatuto das mulheres na sociedade guineense segundo as várias realidades étnicas e de acordo com as próprias regras consuetudinárias (entre as dimensões estudadas figuram o casamento, a família, a religião, as tradições, a economia, as regras de sucessão, a posse da terra)³⁵.

Por seu turno, a necessidade da consolidação do movimento feminino, em nível nacional, levaria a UDEMU, no quadro dos objetivos políticos do PAIGC, a organizar o seu IIº Congresso, em 1988, contexto em que o país já havia iniciado o processo de liberalização económica, caracterizado pela adoção dos Programas de Ajustamento Estrutural. Os despedimentos de funcionários do setor público, a desvalorização da moeda nacional e a

³² LOPES, Carlos; CARDOSO, Carlos; MENDY, Peter. Destruição da memória coletiva de um povo: a tragédia do INEP da Guiné-Bissau (pelos três diretores da vida do INEP). *Lusotopie-Dinamiques religieuses en Lusophonie contemporaines*, 1999, p. 473-476. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma99.html>. Acesso em: 9 maio. 2015.

³³ “Soronda” significa renascer em língua *kriol* da Guiné-Bissau. O último número da revista foi publicado em Julho de 2004 sob a direção de Teresa Montenegro. Os conteúdos da revista podem ser consultados on-line no site <http://casacomum.org/cc/pesqArquivo.php?termo=soronda>. Acesso em: 8 maio. 2015.

³⁴ LOPES; CARDOSO; MENDY, op.cit. De salientar que na sequência do conflito civil de 1998-99, em que o INEP foi transformado em campo militar, tendo sido fortemente bombardeado, as suas estruturas sofreram danos enormes complementadas pelo vandalismo e furto generalizado, danificando gravemente o centro de documentação e pesquisa e os esforços realizados nos anos precedentes.

³⁵ Ver os seguintes documentos: *Projeto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau: o estatuto da Mulher Balanta*. Faculdade de Direito de Bissau (FDB), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) (8.11, Doc.37); *Projeto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau: o estatuto da Mulher Manjaca*. Faculdade de Direito de Bissau (FDB), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) (8.11, Doc. 47); *Projeto de Recolha e Codificação do Direito Consuetudinário Vigente na República da Guiné-Bissau: o estatuto da Mulher Fula*. Faculdade de Direito de Bissau (FDB), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) (8.11, Doc.38). O projeto inclui a análise de outras etnias, entre as quais Mandinga, Nalus, Beafadas e Felupes.

contenção salarial foram algumas das mais drásticas medidas que o governo aplicou. Uma das consequências mais diretas dessa política foi o aumento do custo geral de vida dos guineenses e a consequente deterioração do nível da mesma³⁶. No congresso, foram discutidos temas relativos à participação política das mulheres no novo Estado (a formação política e ideológica, a transformação das relações sociais, o discurso a prática e os obstáculos do processo de emancipação)³⁷, à família (as leis, os costumes e as tradições, a união de fato, o casamento tradicional, a escolaridade, as problemáticas do sistema de educação)³⁸, ao desenvolvimento e ao papel das mulheres nas diferentes realidades sociais (importância na agricultura e na produção alimentar, a divisão social do trabalho nas diferentes realidades étnicas, as contradições do sistema produtivo, em relação às mulheres, a produção artesanal)³⁹, à saúde das mulheres (o seu papel como educadora na comunidade, os programas estatais no domínio dos cuidados primários de saúde, o casamento precoce e a excisão, a mortalidade materno-infantil, o planeamento familiar)⁴⁰.

Por outro lado, esse período foi caracterizado por um crescente interesse das instituições internacionais pelas questões relativas à condição da mulher na economia. Em 1987, começaram a ser efetuados os primeiros estudos de campo sobre o impacto das atividades realizadas por mulheres na sociedade guineense. A maior parte são estudos elaborados por organizações internacionais ou por conta de ONGs que trabalhavam com questões femininas. Uma parte importante desses estudos foi realizada por pesquisadores estrangeiros. O trabalho de Manuel Abrantes e Bente Topsoe-Jensen⁴¹, sobre a avaliação do impacto de algumas atividades conduzidas pelas mulheres, em algumas regiões do norte do

³⁶ Para aprofundamento ver EMBALÓ, Filomena. Os desafios do programa de ajustamento estrutural. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, n.16, Bissau, jul. 1993. p.51-72.

³⁷ União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso, Tese nº1-A Mulher na vida política da nação*, 4 a 8 de dezembro 1988, 17 p. Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, Lisboa, cota: 2531/GW-M I-7 dossier

³⁸ União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso-A Mulher na família*, 4 a 8 de Dezembro 1988, 22 p. Neste relatório é discutida a problemática da dificuldade de aplicação do conceito de família herdado do colonialismo português e os esforços realizados pelo Estado guineense em termos jurídicos no sentido de considerar e incluir nas leis a complexidade do conceito de família na Guiné-Bissau, que varia em termos de significado nos diferentes grupos étnicos e que tem como elementos centrais os laços de sangue, a senioridade e a partilha de ancestrais, e não a família de tipo nuclear tal como é conceptualizada nas sociedades ocidentais, para aprofundamento ver as paginas 11 e 12 do mesmo documento.

³⁹ União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau, *IIº Congresso-Tese nº3: A mulher na luta para o desenvolvimento*, 4 a 8 de Dezembro 1988, 42 p., em particular pags. 3-27, Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral-CIDAC, cota: 2531/GW-M I-7 dossier.

⁴⁰ *Ibid.*, p.31-42.

⁴¹ ABRANTES, Manuel; TOPSOE-JENSEN Bente. *Avaliação do impacto de algumas actividades realizadas pelas mulheres*. Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I. Bula: Gabinete de Planeamento e Avaliação da Republica da Guiné-Bissau, 1987.

país, procurou analisar o grau de integração das mulheres de mais de 25 *tabancas*⁴², nas associações rurais. Com base num projecto de formação e utilização de figuras “chefes de comunidade”, na criação de crédito agrícola e de pequenos centros para o acolhimento das crianças, o estudo procurou demonstrar, de forma sucinta, as enormes vantagens que se poderiam obter, em nível da produtividade e da qualidade de vida da mulher, nas zonas rurais do país, com base nesse modelo. Marianne Bull⁴³ analisou a situação econômica e social das mulheres Manjacas (horticultoras) e Mandingas (produtoras de arroz). A análise comparativa das experiências de vida das mulheres Mandingas e Manjacas (duas etnias com características econômicas e sociais completamente distintas) permitiu compreender o papel das mulheres em contextos rurais específicos e a importância da adoção de pequenos projetos capazes de contribuir para a melhoria das condições de trabalho no campo (recolha de lenha, transporte de água, transformação do arroz e outros).

O início dos anos noventa foi marcado por algumas pesquisas e trabalhos de campo, significativos, sobre a situação econômica das mulheres guineenses, que abriram novas perspectivas de estudos. No entanto, a quase totalidade foi produzida por estudiosos estrangeiros. Raros, foram os estudos científicos que abordaram temáticas de gênero a partir de uma perspectiva histórico-antropológica⁴⁴. Alguns deles concentraram-se no estudo de associações e cooperativas femininas, relacionadas com o *empowerment*, o acesso ao crédito e às novas tecnologias e o comércio entre etnias. O estudo realizado por Philip Havik e Ulrich Schiefer, em 1991⁴⁵, mostra como as mulheres das zonas rurais tenderam a fazer parte de associações compostas por membros do mesmo grupo étnico, por ser mais fácil o acesso aos apoios materiais e financeiros externos. Através de associações femininas, as mulheres conseguiram melhorar e diversificar a produção agrícola, assim como as actividades não agrícolas, obtendo grandes benefícios em nível familiar. Em 1994, Úrsula Funk e Rosemary

⁴² Aldeias em língua kriol da Guiné-Bissau, a língua nacional mais falada.

⁴³ BULL, Marianne. *Situação das mulheres Manjacas e Mandingas: Relatório de um Pequeno Estudo de Campo Realizado em duas Tabancas da Guiné-Bissau*. Instituto de Antropologia Social. Estocolmo: Secção de Estudos do Desenvolvimento Universidade de Estocolmo, 1987. 60 p.

⁴⁴ Feita exceção dos pouquíssimos estudos publicados pela revista de estudos guineenses LIMA HANDEM, Diana. Desenvolvimento na base e participação popular, *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, n. 12, p. 27-44, jul. 1991; AUGEL, Moema Parente. Prosa literária guineense, *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, n. 18, p.115-134, jul. 1994; HAVIK, Philip. Relações de gênero e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau. *Soronda- Revista de Estudos Guineenses*, n. 19, p. 25-36, jan. 1995; CALLEWAERT, Inger. Fyere Yaabte: um movimento terapêutico de mulheres na sociedade Balanta, *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, n. 20, p. 33-72, jul.1995.

⁴⁵ SCHIEFER, Ulrich; HAVIK, Philip. *Associações e Cooperativas na Guiné-Bissau: um estudo sócio-econômico e cultural*. Estudo para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Bissau: COPIN, 1991. 66 p.

Galli⁴⁶ analisaram o fenômeno do êxodo rural e as estratégias de sobrevivência, adotadas pelas mulheres, nos finais dos anos oitenta, anos que marcaram a aplicação de programas de estabilização macro-económica e de ajustamento estrutural. Apesar do número considerável de projectos destinados a melhorar o estatuto da mulher e a sua produtividade, a maior parte das políticas adotadas nesse período tenderam a considerar os homens como chefes de família, o que significou, quase sempre, em excluir a maioria das mulheres do acesso à tecnologia, ao crédito e aos serviços. Enfim, o estudo organizado por Fafali Koudawo, sobre o papel das mulheres na luta pelo desenvolvimento, em que são analisadas as tendências, as iniciativas e os atores que protagonizaram o processo de transformação social e da construção de uma cidadania ativa⁴⁷.

Reflexões finais

Como já foi referido na introdução desta nossa reflexão, a partir dos anos 1970-1980, uma importante corrente de intelectuais, pertencentes ao “Sul global”, contestaram a forma como as categorias de gênero ocidentais tinham sido aplicadas no estudo das realidades externas ao mundo ocidental, em particular as africanas. Essa crítica estava ligada ao fato de as intelectuais dos feminismos, de matiz ocidental, se terem “auto-definido” como sendo as salvadoras das mulheres do “Terceiro Mundo”, vistas como vítimas e passivas das próprias circunstâncias histórico-sociais. A Conferência de Nairobi, de 1985, abriria uma nova fase no diálogo internacional entre o “Norte” e o “Sul” sobre feminismos, dando maior visibilidade ao debate sobre feminismos pós-coloniais, vis-a-vis com os temas tradicionais das feministas ocidentais. Assiste-se, a partir desse momento, a uma inversão de tendência: a despeito das grandes clivagens que tinham caracterizado as várias expressões do movimento feminista mundial, surge uma nova consciência, a “global sisterhood”, isto é, o espírito da irmandade global, caracterizada pelas experiências comuns de discriminação de gênero. Foi nesse contexto que o movimento internacional das mulheres ganhou coesão, dentro e fora das Nações Unidas. E seria nesse contexto global que o Governo da Guiné-Bissau assinaria e ratificaria, em 1985, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres-CEDAW, aprovada em Dezembro de 1979, em Nova York (EUA) e que constitui o mais importante instrumento jurídico, em nível internacional, sobre a proteção

⁴⁶ GALLY, Rosemary; FUNK, Ursula. “O ajustamento estrutural e gênero na Guiné-Bissau”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.16-17, 1994, pags.235-254

⁴⁷ KOUAWO, Fafali. *ONG, mulheres e desenvolvimento: tendências, iniciativas e atores*. Bissau: SOLIDAMI/SNV, 1995.

dos direitos das mulheres⁴⁸, referência para a elaboração das políticas de gênero e das iniciativas legislativas, em benefício das mulheres.

Nos últimos quinze anos, apesar das constantes crises políticas e dos golpes militares⁴⁹, os intelectuais guineenses, dentro e fora do país, têm contribuído, positivamente, em termos de produção de conhecimento sobre a Guiné-Bissau, em diversos campos do saber. No que se refere aos estudos de gênero, apesar de incipiente, esse campo tem contado com algumas importantes contribuições sobre o papel político das mulheres, no passado e no presente, sobre a literatura, sobre a economia, sobre desenvolvimento e sobre vários outros domínios. Esses estudos têm mostrado a postura engajada dos estudiosos, na busca de um diálogo contínuo com as realidades guineenses. São artigos publicados, teses, monografias e trabalhos ocasionais. Destacam-se o trabalho de Catarina Gomes, sobre a participação das mulheres guineenses e caboverdianas na libertação⁵⁰; os trabalhos de Patrícia Godinho Gomes, sobre a evolução da construção da cidadania das mulheres guineenses (e caboverdianas), numa perspectiva histórica da luta de independência, sobre a visão de gênero na economia solidária, sobre o surgimento do movimento feminino guineense e sobre perspectivas femininas nos processos emancipatórios da Guiné-Bissau⁵¹; os trabalhos de Odete Semedo, sobre a matrifocalidade das realidades socioculturais guineenses e a centralidade das

⁴⁸ Veja-se o Relatório sobre a aplicação da CEDAW na Guiné-Bissau: Ministério da Solidariedade Social e Luta contra a Pobreza, *Relatório inicial, cumulativamente com os relatórios I, II, III, IV e V, sobre a aplicação da CEDAW na Guiné-Bissau*, coordenado por Henriqueta Godinho Gomes, ago. 2008, em particular p.34-38.

⁴⁹ Sobre as crises políticas e militares na Guiné-Bissau e os ciclos de violência veja-se o volume da revista do INEP, *Soronda*, sobre a guerra civil iniciada em 7 de Junho de 1998. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*, n.2 (Nova Série), dez. 2000. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=09709.002&pag=2>. Acesso em: 10 maio. 2015; CARDOSO, Carlos. *Da abertura à abertura: os desafios da transição política na Guiné-Bissau*. Dakar: CODESRIA, 2007.

⁵⁰ GOMES, Catarina. *As mulheres da Guiné e Cabo Verde na luta pela libertação nacional na perspectiva de Amílcar Cabral: uma proposta de leitura*. Universidade de Massachusetts, EUA, 2005.

⁵¹ GOMES, Patrícia Godinho. Guinea Bissau e isole di Cabo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica. In: CARCANGIU, Bianca Maria (a cura di). *Donna e Potere nel continente africano*. Torino: l'Harmattan, 2004. p.192-244; Id. La mujer e el poder en Guiné-Bissau: la lucha armada, los anos 80 e el nuevo contexto político-económico. *Nova Africa*- publicación del Centre d'Estudis Africans, Barcelona, p.7-22, enero, 2009, ; GOMES, Patrícia; MWEWA, M., FERNANDES, P. Gomes (Ed.). *Sociedades desiguais: género, cidadania e identidade*. São Leopoldo/RS: Nova Harmonia, 2009; GOMES, Patrícia Godinho. *Os fundamentos de uma nova sociedade. O P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973)*. Organização do Estado e relações internacionais, L'Harmattan Italia, (collana Lusitanica), 2010; GOMES, P., Equidad de género. Desarrollo y cooperación- Algumas reflexões conclusivas. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 9., Lisboa, 2010 - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade : actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2532>; GOMES, Patrícia. Dalla teoria alla pratica: Amilcar Cabral e le 'rivoluzionarie' della Guinea-Bissau. In: BUSSOTTI, L.; NGOENHA, S. (a cura di), *Le grandi figure dell'Africa lusofona. Idee, protagonisti e rappresentazioni*. Udine:Aviani, 2011. p.102-124; GOMES, Patrícia. As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau. In: CICLO DE ENCONTROS SOBRE O EMPREENDEDORISMO, Centro de Recursos de empreendedorismo feminino, Alentejo Central (Portugal), mar. 2012. Disponível em: www.cisa-as.uevora.pt/empreendedorismo.htm; GOMES, Patricia. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas. In: GOMES, Patrícia et. al. *O que é feminismo?, Cadernos de Ciências Sociais*, Maputo: Editora Escolar, 2015. p.13-43; GOMES, Patricia. As outras vozes: percursos femininos... op. cit.

mulheres, na transmissão do conhecimento, por via da oralidade⁵²; o trabalho de Auzenda Cardoso, sobre o gênero na Guiné-Bissau⁵³; o trabalho de Raul Mendes Fernandes, sobre trajetórias e percursos femininos e masculinos, de pescadores e revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau, em que o autor discute, com base em estudos feministas e em estudos pós-coloniais, o significado do “informal” e do “artesanal”, procurando, por um lado, desconstruir o discurso homogêneo dessas duas categorias e, por outro, demonstrar, através de narrativas biográficas de homens e de mulheres, a representação dos espaços, as suas percepções e as suas expectativas⁵⁴. Contemporaneamente, surgiram algumas publicações acadêmicas, realizadas por estudiosos estrangeiros, de caráter histórico e antropológico⁵⁵.

Nesse contexto, é de se referir que, nos últimos anos, foram efetuados alguns estudos relevantes, sobre as mulheres, que podem ser considerados parte da “literatura cinzenta” e que se concentraram no associativismo e em mecanismos de solidariedade, a partir de experiências de indivíduos em mercados “informais”⁵⁶.

Como foi demonstrado, ao longo da nossa análise, a produção historiográfica sobre a condição feminina e sobre os estudos de gênero, na Guiné-Bissau, entre o período da luta de independência e os anos 1990, seguiu, fundamentalmente, três tendências: uma primeira tendência, em que se assistiu à produção de documentos pelo movimento de libertação

⁵² SEMEDO, Odete. Ecos da terra. In: MATA, Inocência; PADINHA, Laura. *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*, Lisboa: Colibri/CEA/FLUL. p.103-133; Id. *As Mandjuandadi, cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura*. 2010. 452f. Tese (Doutorado em Letras)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2010;

⁵³ CARDOSO, Auzenda. Perspectivas sobre o genero na Guiné-Bissau. In: FERRO, Mónica. *A emancipação da mulher africana: a participação no seu próprio desenvolvimento*. 2005. BARATA, Óscar Soares; FRIAS, Sónia (Org.). *África, género, educação e poder*. Lisboa:ISCSP, 2005. p.145-154.

⁵⁴ FERNANDES, Raul Mendes. *O informal e o artesanal: pescadores e revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau (fronteiras pós-colonais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade)*. 2012. 275f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Apresentada para à obtenção de grau de Doutor na Especialidade de Pós-colonialismos e Cidadania Global, sob a orientação do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos e da Profa. Dra. Maria Paula Meneses.

⁵⁵ BORGES, Manuela. Associativismo feminino no Atlântico Lusófono: Bissau (África) e Cachoeira (Brasil). In: HAVIK, Philip et. al. (Org.). *Caminhos cruzados em antropologia e historia*. Lisboa: ICS, 2010. p. 291-308; BORGES, Manuela, Educação e gênero: assimetria e discriminação na escolarização feminina em Bissau. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (Org.). *A mulher em África: vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri/CEA-FLUL, 2007. p.73-88.

⁵⁶ ALMEIDA, Josué Gomes de; CAMARA, Samba Tenem (Coord.). *Estudo sobre as barreiras formais e informais à circulação dos principais produtos agrícolas das regiões de Tombali e Quinara*. Projeto de reabilitação rural e desenvolvimento comunitário, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento da Guiné-Bissau/Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola; Ministério do Comércio, Valorização dos Produtos Locais e Artesanato-Unidade de Gestão de Produtos QUIR-GB, *Estudo sobre «Comércio informal fronteiriço» nos eixos comerciais de São Domingos, Cambadju, Pitche-Guiné-Bissau, Ziguinchor, Diaobé parte Senegal, Saré Boido parte Guiné-Conacri*, Consultor principal: Samba TENEM CAMARÁ. Colaboradores: Bucar INDJAI e Adulai DJALÓ, Bissau, Novembro de 2013; Afroteste-Estudos de mercado e opinião [Estudo realizado para a UNICEF], *Estudo sobre conhecimentos, atitudes práticas sobre os direitos das mulheres e meninas nas regiões de Bafatá, Gabú e Bolama/Bijagós-Relatório final*, Equipa técnica: Carlos Bacar JANTÉ, Julio ALVES, Fodé Abulai MANÉ e Samba TENEM CAMARÁ, Bissau, Dezembro de 2013.

PAIGC (em língua portuguesa, francesa e inglesa), entre o início dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970 e na primeira fase da independência (1975-1984). Essa fase traduziu a necessidade de afirmação do movimento de libertação em nível regional, continental e internacional e a necessidade da divulgação da história da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, sob uma outra perspectiva que não a do colonizador. Uma segunda tendência, entre a segunda metade dos anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, em que a produção acadêmica foi realizada, sobretudo em língua inglesa, sobre temáticas de interesse histórico⁵⁷ e antropológico e questões relativas ao desenvolvimento. Nesse último caso, parte dos estudos realizados por associações, por ONGs e por organizações de caráter internacional, obedeceram ao discurso hegemônico internacional sobre “as ajudas ao desenvolvimento” e sobre a “cooperação internacional” da década de 1980-90, fase dos processos de liberalização econômica e política, da maioria dos Estados africanos. Essas produções seguiram, com poucas exceções, modelos teóricos de matiz ocidental e em termos metodológicos não foram feitos esforços significativos, no sentido de problematizar a aplicação de determinados conceitos, acabando por reproduzir resultados que respondiam, essencialmente, às necessidades e aos interesses de um público externo e não endógeno (em particular os estudos sobre associativismos, sobre cooperativas e sobre a participação das mulheres na economia “informal”), concentrando a atenção, sobretudo, na “vulnerabilidade” e no grau de “pobreza” das mulheres e negligenciando todo um conjunto de saberes e de conhecimentos locais, relativos a mecanismos consuetudinários de negociação de poder, em vários níveis, frequentemente utilizados pelas mulheres, no seio das próprias comunidades e nas estruturas sociais de pertença.

Em conclusão, podemos afirmar que, embora se tenham efetuado esforços, significativos, em termos de produção de conhecimento sobre a Guiné-Bissau, no período imediatamente sucessivo à independência, em que se procurou sistematizar e organizar as informações sobre a história nacional e criar estruturas adequadas, de formação e de pesquisa, de uma forma geral, pouco espaço foi atribuído aos estudos de gênero na produção nacional o que, entre outros fatores, se explica pela exígua presença feminina no mundo acadêmico, no país e na diáspora. Essa tendência tem sido subvertida nos últimos anos por um relativo aumento das pesquisas e de estudos dedicados à condição das mulheres guineenses e a temáticas de gênero, em virtude, dentre outros fatores, de um contexto internacional favorável

⁵⁷ Entre as exceções constam o trabalho de HAVIK, Philip. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau (séculos XVII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 27, p.79-120, 2002.

ao desenvolvimento de temas sobre mulheres. De sublinhar, por outro lado, o surgimento de alguns importantes projetos editoriais, nacionais, que têm acolhido publicações de jovens, em língua *kriol* e em português, sobre temas de interesse nacional⁵⁸.

⁵⁸ O projeto “Corubal Editora”, criado em 2012, pode ser considerado uma das mais recentes iniciativas editoriais do país e entre as mais importantes, fruto do empenho conjunto de jovens no país e na diáspora, cujo objetivo é o de promover trabalhos de guineenses, em língua *kriol* e em língua portuguesa (obras científicas, poesias, romances, crônicas, biografias e outros). Entre os seus promotores: Tony Tcheka, Miguel de Barros, Rui Jorge Semedo, Patricia Godinho Gomes, Antonio Spencer Embaló.